

Décima Segunda Sessão Ordinária do primeiro período da décima quinta Legislatura

APROVADO

EM: 24 / 06 / 2021

PRESIDENTE

LIDO NO EXPEDIENTE DA SESSÃO 002021
EM: 24 06 2021

Ao decimo nono dia do mês de Maio do ano de dois mil e vinte e um, às 19h10mim (Dezenove horas e dez minutos), no plenário Francisco de Melo e Souza da Câmara Municipal de Limoeiro do Ajuru, sob a Presidência do Vereador José Ferreira da Costa, reuniram-se os Vereadores: Fredison Leão de Farias, Jenivaldo Trindade Costa, Jesaiás Lima Pinheiro, Luiz de Nasaré Tavares Diniz, Marcos Magalhães Pimentel Rodrigues, Miguel do Socorro Pureza Pimentel, Pedro Costa Barra e Raimundo Donato Monteiro de Melo. Ao iniciar os trabalhos, a Senhora Presidente convidou o Vereador Jenivaldo Trindade Costa para fazer a leitura e a meditação de um trecho bíblico, que leu no livro de Isaías, Cap. 61, versos de 10 e 11. O Senhor Presidente convidou o Vereador Miguel do Socorro Pureza Pimentel para assumir a primeira secretaria e o Vereador Marcos Magalhães Pimentel Rodrigues para assumir a segunda secretaria. Em seguida, convidou o Vereador primeiro secretário para fazer a chamada dos Vereadores presentes. Constatado Quórum Regimental, o Senhor Presidente invocou as bênçãos de Deus pelo bem do País, do Estado e deste Município, declarando aberta a presente sessão em caráter ordinário. O Presidente convidou o Vereador Segundo Secretário para fazer a leitura da ATA da 9ª sessão ordinária. Após a leitura, o Senhor Presidente colocou a ATA em discussão. O Vereador Jesaias Lima Pinheiro solicitou correções da ATA. Feita as devidas correções, o Senhor Presidente pôs a ATA em votação sendo aprovada por unanimidade dos Vereadores presentes. Em seguida o Presidente convidou o Vereador primeiro Secretário para fazer a leitura dos expedientes em pauta. Foi lido a denuncia do Excelentíssimo Senhor Jorge Pastana Cavalcante, com pedido de afastamento por infração politico administrativa, em desfavor de ALCIDES ABREU BARRA. Após a leitura do expediente em pauta, passou-se para primeira parte da ordem do dia que se destina ao grande expediente sendo facultada a palavra aos Senhores Vereadores. Usou a palavra o Vereador Fredison Leão de Farias. Saudou aos presentes e a comunidade limoeirense que assiste à sessão via facebook. Agradeceu a Secretaria de Educação, por ter respondido seu oficio protocolado junto a Secretaria. Falou que teve conhecimento da denuncia que foi lida na apresentação de matérias, via facebook e grupos de whatsapp. Falou que pela leitura do documento pôde perceber que foi protocolado no dia 05 de Maio e segundo o "Decreto Lei" 201 de 1967, diz que esse documento deveria ser apresentado aos Vereadores na sessão do dia 05 ou no máximo na sessão do dia 06. Pois o artigo 5ª, inciso II diz que "de posse da denúncia, o Presidente da Câmara, na primeira sessão,

determinará sua leitura e consultará a Câmara sobre o seu recebimento.” Questionou a ausência da leitura da denuncia nas primeiras sessões após seu protocolo e agradeceu que mesmo tardia, porem foi feita a leitura. Falou que a partir de então, terá oportunidade de ler melhor a denuncia e tomar suas decisões. Falou que vivemos um momento deligado de pandemia, e que através das redes sociais ficou sabendo de uma confraternização de servidores da saúde, todos fugindo da regra necessária para enfrentamento dessa doença. Falou que mesmo sendo uma comemoração, deveria ter sido feita seguindo todo o protocolo que é exigido. Questionou como esses servidores cobrarão da comunidade que use mascarar, que sigam os protocolos, que mantenham o distanciamento, se eles mesmos não dão exemplo. Falou que viu a publicação de uma das integrantes dizendo que todos estavam vacinados, então logo já tinham anticorpos do vírus. Falou que viu no vídeo que ali não havia somente servidores da saúde e questionou se houve fura de fila já que a moça afirmou que todos estavam vacinados. Leu a nota de esclarecimento do Coordenado da Comissão de Enquadramento do PCCR, Senhor Odair Nunes Barra, que afirmou ter concluído e protocolado na Secretaria de Educação o enquadramento dos professores em regência de classe, do primeiro ao quinto ano e que o pagamento se daria a partir do mês de Maio. Falou que em nenhum momento a gestão se manifestou e nem apresentou esclarecimento a Câmara. Leu a nota de informação do Presidente do SINDSPLIA, Adelson Costa Pinheiro, aos sindicalizados que dizia que em reunião no dia 13 de Maio, com a Secretaria de Educação, assessoria jurídica e contábil da Prefeitura Municipal, foi informado que não haveria possibilidade de realizar o pagamento da hora atividade ainda no de 2021, devido a Lei 173/2020 assinada pelo governo federal. Mas que no ano de 2022 esse pagamento acontecerá. Falou que o ponta pé inicial dado nesse processo do PCCR, foi durante sua passagem como Secretário de Educação. Falou que foi protocolado na Casa, no dia 29 de Outubro de 2019, o PCCR, recebido pelo então Presidente o Saudoso Senhor João Barbosa. E busca saber de que forma o PCCR foi utilizado, por isso fará requerimento solicitando a convocação, do Contador do Município, do Coordenador de Enquadramento do PCCR e do Presidente do SINDSPLIA. Para entender o que de fato aconteceu, já que na época da votação foi afirmado que havia possibilidade de pagar e agora se diz que não se pode realizar o pagamento. Falou que os professores não podem ser os prejudicados, os punidos por ocasiões oportunas ocorridas no passado. Agradeceu sua participação e encerrou seu pronunciamento. Usou a palavra o vereador Jesaías Lima Pinheiro. Saudou aos presentes e a sociedade limoeirense que acompanha a sessão via facebook. Pediu ao Senhor Presidente que encaminhe duas moções de pesar aos familiares de duas Pessoas que marcaram muito a vidas dos limoeirenses. Uma para o Saudoso Senhor

Leonildo Pinheiro de Sousa e outra família do Saudoso Senhor Estumano Gomes, que foi um dois pioneiros no processo de organização da pesca. Falou que assim como devemos comemorar o dia das mães todos os dias, também devemos trabalhar todos os dias a defesa das nossas crianças e adolescente que tem seu marco no dia 18 de Maio. Falou que se solidariza com os moradores da estrada BR 422, assim como acredita que todos os Vereadores da Casa sentem o mesmo e ainda tempos um vereador que reside na estrada. Falou que já houve muitos debates, discussões, muitas lutas para que o DENIT cumpra com suas obrigações para que os moradores e outros usuários deixem de ter dificuldades de trafegar em aproximadamente 70% (setenta por cento) da estrada durante o ano todo. Falou que além do problema da trafegabilidade ainda há um desrespeito da gestão atual em relação ao destino do lixo da cidade, que voltou a ser despejado no km 02, voltando àquela região a ser um lixão. Falou que espera que essa atitude seja revista e que seja mudado o destino do lixo, porque há dois dias recebeu representantes dos moradores daquela região, com angustia, o sofrimento, o clamor e pedido de socorro da população que reside na estrada para que as autoridades se sensibilizem e proíba esse despejo. Falou que a gestão anterior fazia reparos e manutenções na estrada para que pudesse chegar com lixo ao destino que é o km 13 e agora, a nova gestão, pelas mesmas dificuldades com a estrada resolve simplesmente despejar o lixo no km 02. Falou que apresentará requerimento nesta Casa, pedindo ao Departamento Jurídico, Secretaria de Meio Ambiente e Saneamento para que esclareçam o porquê o destino do lixo voltou a ser no km 02. Falou que a Mesa diretora da Casa descumpriu um dos itens da Lei que estabelece que as denúncias protocoladas sejam apresentadas ao Plenário para que a Casa decidisse se estalaria ou não a CPI. Para que a população pudesse saber de verdade os papeis que estão sendo assumidos. Porque uma coisa é denunciar e outra coisa é o Vereador cumprir um dos seus papeis que é de fazer as investigações, fiscalizar e ver se realmente o Prefeito esta cumprindo com suas obrigações. Falou que apresentará requerimento a Mesa, solicitando todos os documentos referentes às sessões onde foram discutidas e votadas pautas do PCCR, para que a população possa relembrar, ver e analisar quem realmente estava em defesa da categoria. Falou que sabe que muitas das suas falas não foram entendidas ou sofreram criticas vindas de professores que hoje estão todos com cargos comissionados. Falou que como dito pelo vereador Professor Fredison Farias, o projeto do PCCR, foi protocolado em Outubro de 2019. E até o final do período se tinha sete sessões ordinárias e mais três extraordinárias que poderiam ser convocados os Vereadores, tendo assim 10 (Dez) sessões para que fosse possível aprovar uma lei tão importante para a categoria. Mas se escolheu prolongar até que se chegue o ano das eleições. Falou que não se aprofundará mais no assunto

votação do PCCR, por ter votado da forma com entendia que precisava ser votado. E mesmo não tendo conhecimento técnico do assunto, hoje percebe que estava certo em sua votação. Falou que pedira os áudios e atas dessas sessões porque lembra que o atual assessor contábil da gestão é o mesmo Contador que disse aqui na Casa que tinha toda condição de pagar. E agora surgem essas notícias de que não tem como pagar. Falou que faz esses questionamentos devido aos asseios da população e a medida que não estiver recebendo as devidas respostas irá procurar outras estancias, em outros órgãos, para que as coisas possam melhorar em Limoeiro do Ajuru. Falou que espera que o Gestor do Município possa ter responsabilidade, possa tomar essas falas para conhecimento e possa agir como necessário para melhoria da população limoeirense em geral. Agradeceu a oportunidade e encerrou seu pronunciamento. Usou a palavra o Vereador Luiz de Nazaré Tavares Diniz. saudou a todos, e iniciou dizendo que não poderia deixa de falar em relação ao PCCR, disse que no ano de 2019 quando foi potro colado, falou que nessa época sempre conversava com o presidente para abrevia, pois haveria cobranças, mas depois foi notando o que realmente estava acontecendo, falou que a partir daí se começou a tentar travar uma discussão dentro desta casa para olhar realmente com responsabilidade com as leis tem que ser aprovadas, disse que já foi duas vezes presidente desta esta casa, disse que com relação as denuncias apresentada sobre se o presidente acata ou não, disse que isso é um tramite em que a presidência irá dar as devidas explicações , falou que quando é presidente se faz um juramento de cumprir e fazer cumprir, mas voltando ao PCCR, disse que além das discussões internas desta casa se observou o direcionamento em que o SINTEP tomou na pessoa de seus presidentes, se atrelando a política, falou que era feitas reuniões as portas fechada com determinado grupo e que não podia participar dessas reuniões, falou que esse determinado grupo não estava preocupado com a responsabilidade que são atribuída aos demais vereadores disse que não se pode aprovar lei que fere a nossa constituição, disse que no ano de 2020 fez parte da comissão de constituição de justiça CCJ e fez alguns questionamento referente ao artigo 53 sobre se foi discutido tendo como resposta da assessoria jurídica de que não houve discussão então se houve a proposta de suprimir o artigo 53 e adota o artigo 54, mas quando se veio a apresentar essa proposta na plenária disse que houve varias vaias por parte de alguns professores e qual se não podia nem falar sobre a proposta, falou que por fazer parte também da categoria dos professores foi taxado como traidor mas acredita que hoje as pessoas tem compreendido seu posicionamento em seguida falou em relação ao lixo quem é despejado na margem da BR 422 falou que foi procurado pelos moradores principalmente do rio Muaná Onde são os mais atingindo por esse despejo que fica próximo ao rio e espera que seja solucionado esse problema, em seguida encerrou

pois ainda há boatos de que será pago e como Professor, quer que seja pago, mesmo que seja ilegal, mas que faça valer o dinheiro dos professores porque é Lei. Porque foi aprovado as 25 (vinte e cinco) horas atividades e depois mais 25 (vinte e cinco) horas, para que se chegue as 50 (cinquenta) horas. Falou que todos os professores tem certeza que se houvesse ocorrido a aprovação do primeiro projeto, agora no ano de 2021, já se estaria com 30 (trinta) horas atividades sendo pagas. Porque estava claro e esclarecido as condições do município, os rumos que seguiria com as alterações que foram feitas. Questionou o porque de o PCCR não ter sido aprovado ainda em 2019. Lembrou que já havia falado muito sobre a Lei 173/2020 e que inclusive, foi ao Ministério Público para tentar dar mais uma chance a Casa para rever os erros que foram cometidos. Falou que a verdade, mesmo que as vezes chegue tarde, que tenha causado prejuízo pelo fato de isso não ser entendido, ela chega. E agora esta chegando aos poucos. Falou que espera que muitos dos que o chamou de traidor já tenha colocado as mãos na consciência e revisto que realmente teve historia de luta pela categoria. Agradeceu a oportunidade e encerrou seu pronunciamento. O Vereador Marcos Magalhães Pimentel Rodrigues solicitou sua desincompatibilização da Mesa para poder se pronunciar. O Presidente convidou o Vereador Jesaiás Lima Pinheiro para assumir a segunda secretaria. Usou a palavra o vereador Marcos Magalhães Pimentel Rodrigues. Saudou aos presentes e o público que assiste via facebook. Falou que o Prefeito é eleito para fazer a Gestão do Município, e que todos sabem que houve a doença, que inclusive, levou a aprovação de afastamento pela Câmara. Mas já houve tempo para que pudéssemos ver o Prefeito trabalhando. E questionou novamente onde estaria o Prefeito do Município. Como já questionou em sessões anteriores. Porque a população quer saber. Assim como a população quer saber por que a Mesa Diretora não apresentou de imediato a denuncia protocolada no dia 05 de Maio. Falou que recebe denuncias de todas as regiões do Município e que sempre alguém fala que algo esta errado, porem acabam ficando sem ser respondida porque não se sabe quem esta na linha de frente, não se sabe quem da a palavra final. Porque se a pessoa que da a palavra final estivesse acompanhando o que esta acontecendo, não teríamos todos esses problemas, todas essas denuncias. Falou que recebeu denuncia de um pai que relatou ter recebido atividade, onde dois professores não assinam pelas atividades entregues, que são os professores de ciências e educação artística. Diante disso o Vereador questionou quem estaria planejando e entregando as atividades escolares. Se não estiver sendo produzida pelo profissional qualificado, quem estaria fazendo? Falou que há também denuncias vindo do Terê e do Paulista que tem pessoas trabalhando em determinadas áreas sem a qualificação apresentada. Falou que lembra quando recebeu vaias ao sair desta Casa de Leis no dia da


seu pronunciamento. Usou a palavra o Vereador Pedro Costa Barra. Saudou a todos, iniciou dizendo que gostaria de fazer alguns esclarecimentos, e se dirigindo ao vereador Jesaías Lima Pinheiro, falou que com relação a lixo que é jogado as margens da BR-422, disse que e conhecimento de todos a situação de nossa estrada e que no momento o lixo esta sendo jogado as margem do Km 2 (dois) devido que tem alguns trecho de nossa estrada que se encontra intrafegável e não poder chega até o Km 7 (sete), falou que como morador é uns dos mais prejudicado pois mora a 50 (cinquenta) metros de onde é despejado o lixo, mas ressaltou que tem que entender pois se não for assim a cidade vai apodrecer devido o grande numero populacional, falou que no verão seja tomadas as devidas providências para que não ocorra mais isso, em seguida se dirigiu a Vereador Fredson e falando em relação ao PCCR, disse que o PCCR hoje e lei mas que há muito tempo isso é um direito dos professore e se a gestão passada entendesse que o era direito não precisava se torna lei pra paga mas que mesmo sendo lei a gestão passada não quis pagar, disse que infelizmente a gestão atual esta baseada que é ilegal pagar o novo PCCR, mas se quiser pode pagar com base no antigo ou no novo vai o bom senso de gestor, e encerrou seu pronunciamento. Usou a palavra o Vereador Jenivaldo Trindade Costa. Saudou a todos os presentes e a população que tem oportunidade de acompanhar a sessão via facebook. Falou que foi Presidente da Casa no segundo período de tramitação do PCCR que deu entrada no mandato do Saudoso Senhor João Barbosa Moreira. Falou que em seu mandato e na vida pessoal tem um lema, no sentido de quando não puder fazer o bem há ninguém, também não fara o mal. E por isso afirmou aos Senhores Vereadores e a sociedade que assiste a sessão, que não utilizou o PCCR como jogo politico. Falou que pode questionar as gestões anteriores e pode fazer questionamento a gestão passada. Porque ninguém teve coragem de puxar da gaveta o PCCR de 2003 para cumprir o objetivo de reconhecer o trabalho da educação durante os 4 (quatro) anos de Governo. Onde inclusive foram retiradas dos professores as gratificações que por incentivo a educação, garantidas como direito no PCCR anterior, que já era Lei. Falou que ser bandeira de uma categoria é muito importante, mas que isso seja feito por meio de ações. Principalmente quando se tem oportunidades. Falou que isso não é invenção sua, e sim o que aconteceu no mandato anterior. Mesmo sendo duro de criticar, se deve fazer porque aconteceu aos olhos de todos. Falou que o Novo PCCR tramitou, passou por todo procedimento necessário, foi sancionado e se tornou Lei. Mencionou que o Ministério Público se torna guardião de tudo que é Lei, e não existindo impedimento da Lei 173/2020, que se busque o Ministério Público pedindo o cumprimento da Lei do Novo PCCR que é direito de todo Professor. Falou que ficou surpreso com a leitura feita pelo Vereador Professor Fredison Farias, da nota do Presidente do SINDSPLIA. Porque recebeu a informação

que hora atividade, por ser gratificação, não entra no impedimento da Lei 173/2021 que impede a igualdade do salário da Básica I com a Básica II. Diante disso espera o cumprimento da hora atividade ainda este mês ou no próximo. Voltou a afirmar que o que votou, não votou por jogo político. Mesmo não fazendo parte da categoria de professores votou e sempre fará com responsabilidade. Falou que pode provar que de sua parte não houve jogo de interesse político porque se tinha nos bastidores uma situação bastante comentada que era a assessora jurídica que era filha de alguém que estava com interesse de ser candidato e na assessoria contábil alguém que era membro da família de um Vereador e para ter uma avaliação mais transparente e imparcial resolveu por interromper o contrato com os dois assessores que vinham do mandato anterior que entregaram as avaliações contábeis de recursos e relatórios. Oportunizando assim ao novo assessor jurídico analisar o processo como todo e relatar que todo o tramite estavam legais. Encima do que este Vereador empenhou suas forças para que o Novo PCCR fosse aprovado. Falou que foi tirado um artigo que invalidava o PCCR anterior deixando para responsabilidade da Lei Maior, que é a Lei de Responsabilidade Fiscal, legislar sobre essa matéria. Então o PCCR anterior ainda tem validade. E por isso questionou porque o Novo Projeto não traria 25 (vinte e cinco) horas atividades, já que o PCCR de 2003 já garantia as 25 (vinte e cinco) horas atividades. Logo o novo projeto não poderia retroceder esse processo para somente depois chegar onde já estava antes. Falou que muitas pessoas nas redes sociais diziam que o Prefeito Carlos Ernesto foi o único que trouxe o PCCR, quando já tinha um PCCR aprovado e que nunca foi olhado como deveria e não é exclusividade do ultimo governo, porque também houve outros que passaram e esqueceu-se do PCCR que caiu no descaço. O que não podemos deixar acontecer com o Novo PCCR. Falou houve uma matéria na pagina folha de Limoeiro onde tratam a equipe da Secretaria de Educação como incompetentes, mas os Vereadores receberam um relatório das ações da Secretaria de Educação que mostra o que de fato se perdeu. Sendo o GEM o único projeto qual o município não aderiu e os demais foram feitas as devidas adesões aos programas. Lamentou o fato de a imprensa tratar os servidores da Secretaria como incompetentes. Agradeceu a oportunidade e encerrou seu pronunciamento. Não havendo manifestações o Presidente recompôs a Mesa e em seguida passou-se para a segunda parte da ordem do dia que se destina a apresentação de matérias. Foi facultada a palavra aos Senhores Vereadores. Usou a palavra o Vereador Miguel do Socorro Pureza Pimentel que apresentou requerimento solicitando que a Mesa Diretora encaminhe expediente ao Prefeito Municipal, solicitando que o mesmo autorize a Secretaria Municipal de Saúde, que providencie em caráter de urgência a lotação ou redistribuição de Agentes Comunitários de Saúde, para a Comunidade do Rio Jussara, zona ribeirinha deste


Município. Requerimento solicitando que a Mesa Diretora encaminhe expediente ao Prefeito Municipal, solicitando que o mesmo autorize a Secretaria Municipal de Saúde, que providencie em caráter de urgência a contratação ou deslocação de um ENFERMEIRO para a região do Cupijó, zona ribeirinha deste Município. Requerimento solicitando que a Mesa Diretora encaminhe expediente ao Prefeito Municipal, solicitando que o mesmo autorize a Secretaria Municipal de Saúde, que providencie em caráter de urgência a contratação ou deslocação de um MÉDICO para a região do Cupijó, zona ribeirinha deste Município. Usou a palavra o Vereador Jesaías Lima Pinheiro que apresentou requerimento solicitando que a Mesa Diretora encaminhe expediente ao Prefeito Municipal, solicitando que o mesmo autorize sua assessoria administrativa a oficializar junto ao ITERPA, a providenciar esclarecimentos de quais são as pendências no processo de regularização fundiária urbana que o referido instituto deve informar para o município, para que as devidas providências sejam tomadas. Para o processo de regularização fundiária urbana de nossa cidade. Requerimento solicitando que a Mesa Diretora encaminhe expediente ao Prefeito Municipal, solicitando que o mesmo autorize a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Saneamento, para prestar esclarecimento sobre o despejo do lixo no KM 02 e apresentar plano diretor de resíduos sólidos de nosso município. Usou a palavra o Vereador Jenivaldo Trindade Costa apresentou Projeto de Lei de autoria do Vereador José Ferreira da Costa, que reconhece o Sindicato dos Pescadores e Pescadoras Artesanais e Aquicultores do Município de Limoeiro do Ajuru, (SINDPESCA - Limoeiro do Ajuru) como sendo de utilidade pública e das outras providências. Usou a palavra o Vereador Raimundo Donato Monteiro de Melo que apresentou requerimento solicitando que a Mesa Diretora encaminhe expediente ao Prefeito Municipal, solicitando que o mesmo autorize a Secretaria Municipal de Obras a iniciar os procedimentos necessários para reformar a Escola Municipal Hermanio Progênio, do Rio Turusu, zona ribeirinha deste município. Usou a palavra o Vereador Fredison Leão de Farias que apresentou requerimento solicitando que a Mesa Diretora encaminhe expediente ao Senhor Fábio Pantoja, assessor contábil da Prefeitura Municipal de Limoeiro do Ajuru, para prestar esclarecimento sobre a possibilidade ou não de pagamento das horas atividades dos professores da rede municipal de ensino, no ano de 2021. Não havendo mais matérias a serem apresentadas, passou-se para a Terceira parte da ordem do dia que se destina a discussão e votação de matérias. O Senhor Presidente pôs em discussão os requerimentos de nº 015/2021, nº 016/2021, nº 020/2021 e nº 021/2021 de autoria do Vereador Jesaías Lima Pinheiro. O Senhor Presidente pôs em discussão os requerimentos de nº 017/2021 e nº 018/2021, de autoria do Vereador José Ferreira da Costa. O Senhor Presidente pôs em discussão os requerimentos de nº 017/2021 e nº 018/2021, de

autoria do Vereador José Ferreira da Costa. O Senhor Presidente pôs em discussão o requerimento de nº 019/2021, de autoria do Vereador Raimundo Donato Monteiro de Melo. O Vereador Luiz de Nazaré Tavares Diniz solicitou que fosse alterado o requerimento no sentido de pedir ao Poder Executivo a reconstrução da Casa dos professores do Rio Tatuoca ao invés da reforma. O Vereador Raimundo Donato Monteiro de Melo agradeceu e concordou com a emenda feita pelo Vereador Luiz Tavares. O Senhor Presidente pôs em discussão os requerimentos de nº 022/2021 e o Requerimento Verbal que solicita a convocação do assessor contábil da Prefeitura Municipal a prestar esclarecimentos nesta Casa sobre o pagamento ou não do PCCR, de autoria do Vereador Professor Fredison Farias. Depois de discutido os presentes requerimentos foram colocados em votação sendo aprovado por unanimidade dos Vereadores presentes. O Senhor Presidente pôs em votação nominal o recebimento ou não recebimento da denuncia do Excelentíssimo Senhor Jorge Pastana Cavalcante, com pedido de afastamento por infração politico administrativa, em desfavor de ALCIDES ABREU BARRA. O Vereador Jenivaldo Trindade da Costa votou NÃO. O Vereador Raimundo Donato Monteiro de Melo votou NÃO. O Vereador Pedro Costa Barra votou NÃO. O Vereador Luiz de Nazaré Tavares Diniz votou SIM, O Vereador Fredison Leão de Farias votou SIM. O Vereador Jesaías Lima Pinheiro votou SIM. O Vereador Marcos Magalhães Pimentel Rodrigues votou SIM. O Vereador Miguel do Socorro Pureza Pimentel votou NÃO. Havendo assim empate nas votações, o Senhor Presidente votou NÃO, sendo assim arquivada a denuncia. Não havendo mais matérias a serem apreciadas e votadas, passou-se para quarta parte da ordem do dia que se destina as explicações pessoais e foi facultada a palavra aos Senhores Vereadores. O Vereador Jenivaldo Trindade Costa justificou a ausência do Vereador Jairo Oliveira Barreto. Não havendo mais explicações pessoas por parte da plenária O Presidente convidou os Vereadores para o próximo período de Sessões, declarando encerrado a presente realizada em caráter ordinário.

Plenário Francisco de Melo e Souza da Câmara Municipal de Limoeiro do Ajuru-Pa,
05 de Maio de 2021.



José Ferreira da Costa
Vereador Presidente



Miguel do Socorro P. Pimentel
Vereador 1º Secretário

Marcos M. P. Rodrigues
Vereador 2º Secretário